

Editores

Breno Martins Campos
Ceci Maria Costa Baptista Mariani

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

28 jun. 2023

Versão Final

29 fev. 2024

Aprovado

13 mar. 2024

O campo católico-midiático na sindemia de COVID-19: tensões, disputas e “guerra dos deuses”¹

The catholic-midiatic field in the COVID-19 syndemic: tensions, disputes, and “the war of gods”

Emerson Sena² , Flávio Munhoz Sofiati³ , Péricles Andrade⁴ 

² Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciência das Religiões. Juiz de Fora, MG, Brasil. Correspondência para: E. SENA. E-mail: <emerson.pesquisa@gmail.com>.

³ Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiânia, GO, Brasil.

⁴ Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Aracaju, SE, Brasil.

Como citar este artigo: Sena, E.; Sofiati, F. M.; Andrade, P. O campo católico-midiático na sindemia de COVID-19: tensões, disputas e “guerra dos deuses. *Reflexão*, v. 49, e248713, 2024. <https://doi.org/10.24220/24476803v49a2024e8713>

Resumo

Pretendemos, com este texto, compreender a controvérsia pública envolvendo segmentos das mídias católicas oficiais no apoio ao Governo Bolsonaro (2018-2022) e as reações ocorridas na Igreja Católica. Um imbróglio se formou no campo católico-midiático institucional, uma “guerra de deuses”, no sentido weberiano (pluralismo de visões e valores de mundo em conflito), o que nos leva a perguntar sobre as incidências político-religiosas do catolicismo sobre a laicidade e o espaço público. Como metodologia, trilharemos os caminhos qualitativos, com revisão bibliográfica parcial, a partir de um elenco de autores das ciências sociais e ciências da religião e um mapeamento analítico de notas e pronunciamentos oficiais. Nossa hipótese, qualitativa e exploratória, é a de que os discursos e posicionamentos dos agentes católicos institucionais expressam um novo front das velhas disputas por um catolicismo público. Inspirados em Bourdieu, dizemos que há, em andamento e sem desfecho previsível, uma luta simbólica por definição de um *ethos* “correto” de ser católico na *esfera pública*.

Palavras-chave: Catolicismo midiático-institucional. Catolicismo público. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Sindemia.

Abstract

In this research, we seek to understand the recent public controversy involving segments of the official Catholic media in support of Bolsonaro’s government, and the reactions it has produced in the Catholic Church. An imbroglio was created in the institutional field of the Catholic media, a “war of gods” – the internet users might say (a pluralism of world views and values in conflict) – has taken place, and this incites questions concerning the political-religious agency of Catholicism over secularism and the public sphere. Concerning methodology, it was carried out a qualitative research study, presenting a partial literature review, based on a list of authors from Social Sciences

¹ O artigo tem parte substancial de suas ideias inspiradas e suas fontes nas seguintes referências: Silveira (2016; 2019a; 2019b) e Souza, Vettorassi e Andrade (2021).

and Religious Studies, and an analytical mapping of notes and official statements. The exploratory and qualitative hypothesis is: the discourses and positions of institutional Catholic agents express a new front of the old disputes over a public Catholicism. Based in Bourdieu there is – in progress and without any predictable outcome – a symbolic struggle to define a “correct” ethos of how to be a Catholic person in the public sphere.

Keywords: Media-institutional Catholicism. Public Catholicism. National Conference of Bishops of Brazil. Syndemic.

Introdução

Cena um: em 21 de maio de 2020, foi realizado um encontro virtual intermediado pelo líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), com a Frente Parlamentar Católica⁵. A reunião, pública, foi transmitida por redes sociais do Planalto e pela TV Brasil. O grupo solicitou mais acesso ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e à Secretaria de Comunicação Social da Presidência⁶. A pauta incluiu a denúncia das tentativas de aprovação do aborto (Aborto, c2024) pela via do Supremo Tribunal Federal e uma discussão de ações “a favor da educação, da vida humana e da promoção dos valores”. A reunião também destacou a criação da Secretaria Nacional da Família e de programas do Ministério da Educação que possibilitam que o material didático que os filhos recebem nas escolas conte com a supervisão dos pais⁷.

Os responsáveis pelas emissoras católicas naquela ocasião, composta por boa parte do sistema de emissoras católicas de rádio e TV, ofereceram ao presidente Bolsonaro (Sem Partido-RJ) “mídia positiva” para ações do governo na sindemia⁸ do novo coronavírus. Em troca, pediam anúncios publicitários das estatais e outorgas para expandir sua rede de comunicação⁹. Nessa perspectiva, algumas falas são representativas na contextualização do encontro. O padre Reginaldo Manzotti cobrou agilidade e ampliação das outorgas. “Nós somos uma potência, queremos estar nos lares e ajudar a construir esse Brasil. E, mais do que nunca, o senhor sabe o peso que isso tem, quando se tem uma mídia negativa. E nós queremos estar juntos”, disse (Por verbas [...], 2020, *online*). João Monteiro de Barros Neto, da Rede Vida, afirmou que “Bolsonaro é uma grande esperança”. Argumentou, ainda, que veículos católicos precisam ser “verdadeiramente prestigiados” (Por verbas [...], 2020, *online*). Barros Neto pediu não apenas mais entrevistas, mas a participação do presidente em eventos promovidos por católicos. “A Rede Vida é a quarta maior rede de TV digital do país, mas, para que possamos crescer, precisamos ter mais investimentos” (Por verbas [...], 2020, *online*). O Deputado Francisco Jr. (PSD-GO) pediu que Bolsonaro promovesse, mensalmente, um café da manhã de conversa e oração com eles. “Estamos um pouco enciumados. Nós somos a maioria e a maioria é que ganha eleição sempre”, alegou Francisco Jr., que aponta que as pautas da bancada católica “têm a cara de Jair Bolsonaro” (Por verbas [...], 2020, *online*). O Deputado Diego Garcia (Podemos-PR) afirmou, por sua vez, que a bancada quer fortalecer o governo. “O senhor pode contar 100% nas matérias pertinentes em apoio ao governo” (Por

⁵ Ver: TVs católicas pedem [...] (2020).

⁶ Participaram o Presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido-RJ) e lideranças vinculadas às TVs/Rádios católicas, tais como os padres Eduardo Dougherty (Rede Século 21), Welinton Silva (TV Pai Eterno, ligada ao Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, em Trindade, Goiás), Reginaldo Manzotti (padre e cantor da Associação Evangelizar é Preciso), o empresário João Monteiro de Barros Neto (Rede Vida), a Deputada Federal Ieiga Leda Sadalla (Avante-AP) e os Deputados Federais Miguel Lombardi (PL-SP) e Francisco Jr. (PSD-GO), da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (Frentes Parlamentares, 2015).

⁷ Ver: Emissora católica [...] (2020).

⁸ Adotamos o termo sindemia, usado na antropologia médica para conceituar doenças de grande impacto e abrangência que fundem questões biológicas, sociais, econômica, políticas e culturais.

⁹ Ver: Por verbas [...] (2020).

verbas [...], 2020, *online*). Em resposta às lideranças católicas, Bolsonaro prometeu tratar pessoalmente do assunto.

Cena dois: após a realização desse encontro virtual do campo midiático-católico institucional com o governo de extrema-direita em meio à hecatombe sindêmica, que elimina milhares de vida e arrasa a economia e sociedade, reações diversas entre os segmentos que compõem o catolicismo institucional foram notadas. Diante da situação, os participantes da reunião se manifestaram nas redes sociais, justificando suas adesões ao governo Bolsonaro, o que acirrou a “guerra de notas e pronunciamentos” e as tensões internas à Igreja. Assim, o encontro se constituiu em mais um capítulo no reposicionamento da religião na esfera pública no Brasil (Montero, 2018)¹⁰.

Adotamos a compreensão de laicidade como pluriconfessionalidade (Blancarte, 2011), que permite que se justifique o direito à presença pública sem as amarras de submissão à neutralidade de leis universais e constitucionais acima do seu “direito religioso” no âmbito das tensões públicas no Brasil. A atuação das lideranças e instituição religiosas será compreendida a partir do conceito de religião pública, de autoria de Casanova (1994). Conforme defendido pelo autor, ao contrário das teses do paradigma da secularização, que designava a religião à esfera privada como o lugar próprio, as tradições religiosas teriam se tornado públicas em dois sentidos: ganharam publicidade como objeto de atenção de vários públicos (meios de comunicação, políticos, cientistas, etc.) e se colocaram na arena pública enquanto forma de contestação moral e política. Essa desprivatização implicou na repolitização da esfera religiosa e moral e de renormatização das esferas públicas, econômicas e políticas. A novidade desse processo residiria no fato de que as religiões desafiam a privatização, não para defender suas ideias tradicionais em público, mas para participar da disputa pela definição das fronteiras modernas entre o público e o privado, entre a legalidade e a moralidade, entre a família, a sociedade e o Estado, entre o Estado-nação, a civilização e o sistema mundial. Os processos históricos de desprivatização se referem à forma como a religião abandona o lugar que lhe fora designado pelo modelo liberal e entra na esfera pública indiferenciada da sociedade civil para tomar parte do processo de legitimação discursiva e do redesenho das fronteiras (Casanova, 1994).

O catolicismo conservador na esfera pública

O fato brevemente relatado nos remete a um dos temas mais analisados nas pesquisas no âmbito das ciências sociais na contemporaneidade: a presença das religiões na esfera pública¹¹. Isso nos leva a um amplo debate em relação aos regimes de separação do temporal e do espiritual, a partir do processo de diferenciação estrutural e funcional das instituições, culminando na separação entre a Igreja e o Estado¹². No caso do Brasil, ao longo do século XX, constatou-se que a separação Igreja-Estado não pôs fim aos privilégios católicos e nem à discriminação estatal e religiosa em relação às demais crenças, práticas e organizações religiosas, sobretudo aquelas do gradiente espírita (Giumbelli, 2004). A Igreja Católica tendeu a receber uma discriminação positiva de parte do Estado, enquanto as religiões tidas como minoritárias tenderam a receber uma discriminação

¹⁰ A expressão “guerra dos deuses” tem a ver com a visão weberiana de história e sociedade, a luta sem trégua entre valores e visões de mundo, o pluralismo de valores é, no mundo moderno, irreduzível (Weber, 2011).

¹¹ A presença do catolicismo na esfera política e pública não é recente, mas se institui desde os processos de constituição da República e acompanham, mais ou menos, os problemas socio-político-econômicos que emergem dos contextos internacionais (Romano, 1979; Souza, 2002).

¹² Há de se considerar que as concepções de laicidade são sempre móveis e situadas (Camurça, 2017) e, no caso do Brasil, as discussões abordam, sobretudo, a neutralidade estatal, considerada mais um ideal do que uma realidade, associada com a separação entre Estado e Igreja ao invés de mudanças nas formas de legitimação das instituições políticas.

negativa (Blancarte, 2008)¹³. Por isso, a separação republicana entre Igreja e Estado não resultou na privatização do religioso no Brasil nem na exclusão mútua entre religião e política (Mariano, 2011; Oro, 2011). Não implicou no questionamento mais radical do papel das religiões na sociedade e das igrejas na definição de políticas públicas, tendência recorrente em parte significativa da América Latina, onde seus regimes políticos têm se sustentado, aberta e veladamente, a partir da autoridade religiosa ou do poder sagrado (Blancarte, 2008)¹⁴.

Além dos católicos, recentemente, os evangélicos também aderiram à presença pública, sobretudo a partir de 1985, início da redemocratização brasileira. Entre 1990-2010, observa-se a ampliação da arena política com a crescente participação dos evangélicos e com o surgimento de novos atores nas sociedades civil e política, sobretudo os movimentos identitários (Machado, 2012; Sofiati, 2013). Entretanto, há uma correlação entre esse aspecto, a movimentação ao ascenso e intensificação do neoliberalismo, do capitalismo financeiro – e o recuo do Estado e de suas políticas públicas –, a emergência do identitarismo de esquerda e as reações a ele por parte da extrema-direita.

De toda forma, intensificaram-se as disputas nas arenas da esfera pública no Brasil entre grupos polarizados entre aqueles que defendem o estabelecimento de políticas públicas referentes à saúde, educação, pesquisas científicas e ordenamento jurídico que assegurassem às minorias direitos humanos, sexuais e reprodutivos sem interferência religiosa e de coletivos religiosos conservadores. Por razão de credo e moral, manteriam suas ações dentro dos expedientes jurídico-políticos do arcabouço republicano para fazer valer suas propostas de desarticular as iniciativas das forças laicas (Camurça, 2017)¹⁵.

Em relação aos coletivos conservadores, configurou-se uma reasserção conservadora no âmbito católico que não rompe necessariamente com a política. Ao contrário, adota traços de reacionarismo político, alinhando-se com outros setores conservadores e evangélicos no Congresso Nacional em relação às discussões relacionadas às temáticas morais, atuando contra projetos de lei que visam incorporar como direitos civis questões como casamento homoafetivo e legalização do aborto (Burity, 2006; Miranda, 1999). Esses coletivos religiosos são heterogêneos, mas aderem a uma doxa (Bourdieu, 1998) conservadora, o que implica aptidão consensual, que

¹³ Em boa parte, porque também, ao longo do tempo, a *Mater Ecclesiae* se rearticulou, retomou poder e influência, quando, por exemplo, retornou o ensino religioso ao âmbito do ensino público-estatal nos anos 1930 ou quando atrasou ao máximo a legislação federal sobre o divórcio, só aprovada em 1977 (Romano, 1979). Um longo rosário de disputas e intervenções foi desfiado, mais ou menos articuladas, em espaços e esferas públicas, sendo o resultado de movimentações grupais e segmento *intra ecclesiae* sobre o campo político, no desdobrar da República com seus golpes, revoltas/revoluções (1930; 1937), ditaduras (1937-1945; 1965-1985), patrimonialismos, populismos, presidências curtas e longas, lutas democráticas e campanhas morais contra o aborto, casamento e adoção de crianças por gays (Camurça, 2020; Löwy, 2000). Todavia, uma das novidades contemporâneas é a mobilização católico-institucional nas mídias (TV e Internet), a formação de grupos de pressão junto a parlamentos/câmaras (federal, estadual, municipal) e a eleição de representantes de segmentos católicos, os mais aguerridos em termos morais-conservadores envolvidos em cruzadas religiosas-políticas (Carranza, 2011; Silveira, 2019b). Todavia, Montero (2009) sublinha que a religião católica, em especial sua faceta institucional, operou como modelo/referência para a formulação de direitos e enquadramento das práticas populares enquanto práticas religiosas, em especial para legitimação do espiritismo e das expressões afro-brasileiras ou de matriz africana (múltiplas em suas vertentes) em face do ideal do Estado/sociedade modernas. Um processo histórico de controvérsias, que desaguavam nos espaços públicos, sobre práticas de cura, de feitiçaria e de possessão, o que implicou a “invenção” de novas religiões (Montero, 2009).

¹⁴ Burity (2015) aponta que há uma crescente relevância e envolvimento de grupos e organizações religiosos nos assuntos públicos em muitas partes do mundo. No caso do Brasil, a emergência de identidades religiosas desprivatizadas ocorreu ao longo de todo o século XX, quando se verifica a atuação de grupos religiosos na esfera pública, tais como a Liga Eleitoral Católica (1934), Ação Católica (1935), Partido Democrata Cristão (1945), Resistência Popular durante a tutela militar (1964-1985). Desde o final desse período, o protagonismo político católico brasileiro foi exercido ora pela ala conservadora, principalmente carismática, que participou da base do Governo FHC (Sofiati, 2012), ora pela ala dita progressista, que de forma mais ou menos pública apoiou Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) em seus respectivos pleitos eleitorais.

¹⁵ Apesar da guerra de infiltração e ocupação do espaço público e das instituições republicanas, indícios apontam que as batalhas não serão fáceis e que pode haver mudança no sentido de aprofundar, na opinião, percepções contrárias aos valores religiosos. É o que apontam duas pesquisas publicadas no *Jornal Valor Econômico*, em 15 de junho de 2020, e na *Folha de S. Paulo*, em 25 de junho de 2020. A primeira mostrou que diminuiu a confiança nas Forças Armadas e na Igreja. Trechos: “O sentimento de confiança nos militares caiu sete pontos desde 2018, de 33,9% para 27% [...] Os que dizem confiar “mais ou menos” na instituição são a nova maioria, 33,8%”. E segue: “[...] as igrejas [...] começam a apresentar sinais de desgaste. A confiança incondicional [...] recuou de 35,2% para 29,7% desde 2018”. E, por fim, com a sindemia e em meio a ataques de bolsonaristas, a desconfiança do judiciário/STF recuou e o “grupo dos que confiam muito subiu de 8,3% para 13,6% “e os que confiam “mais ou menos”, de 28% para 39,4%” (Mendonça, 2020). A segunda pesquisa, feita pelo *Pew Research Center*, indica que 67% dos brasileiros defendem que a homossexualidade seja aceita pela sociedade, um aumento de seis pontos percentuais desde a realização da última edição do levantamento, em 2013 (Lott, 2020).

possibilita a convergência entre denominações evangélicas e segmentos expressivos da Igreja Católica, particularmente bispos e clero conservador, movimentos carismáticos e comunidades tradicionalistas que aderiram à candidatura de Bolsonaro (PSL-RJ) em 2018. Nessa *doxa*, sobressai uma agenda de moral e costumes em torno de concepções conservadoras da família e da sociedade, prevalecendo a ideia da supremacia cristã. Vale ressaltar que, no caso das eleições presidenciais em 2018, segmentos consideráveis da Igreja Católica, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das pastorais sociais e da juventude, juntamente com segmentos evangélicos minoritários, não manifestaram um apoio explícito à candidatura de Fernando Haddad (PT), mas ideias em torno dela foram apoiadas por defenderem uma agenda de cunho social e que, em relação à religião, pugnam pelo reconhecimento e o respeito à pluralidade religiosa na esfera pública (Camurça, 2019).

Pelo que observamos, os ativistas católicos conservadores estabeleceram aproximações com os coletivos evangélicos similares. Entendemos que parcela significativa desses católicos compõe o processo social de alcance mais amplo denominado no debate público de onda conservadora, a qual articula pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante (Almeida, 2019). Esses segmentos cristãos atuaram buscando restaurar a ordem moral e social tradicional tida sob ataque de “forças malignas”. As lutas antigênero, anticiência e antipluralista dos evangélicos reproduzem repertórios morais e batalhas políticas da direita cristã e do Vaticano, como a noção de “ideologia de gênero” – arma ideológica que se tornou onipresente nos pleitos e disputas parlamentares na região (Silveira, 2019b). Essa polarização política recente colaborou para consolidar uma direita cristã. Antipetismo e anti-esquerdismo passaram a nortear crescentemente posições políticas de líderes e deputados cristãos conservadores, que passaram a se aliar a grupos de direita, a atacar direitos humanos, a educação sexual nas escolas e políticas anti-homofóbicas (Mariano; Gerardi, 2019). A partir da eleição de Jair Bolsonaro, é possível identificar um perfil cristofascista¹⁶ em parte da militância católica conservadora (Py, 2020a).

Vale destacar que, no âmbito da *Comunidade de Aliança e de Vida Canção*¹⁷, constatamos parcela representativa do aguerrido ativismo político de representantes da ala conservadora católica, incluindo membros do episcopado, lideranças regionais da CNBB, sacerdotes e leigos. Parte significativa desses católicos conservadores esteve com alguns segmentos evangélicos na crise brasileira, expressa e desencadeada no e com os protestos de rua de junho de 2013, democráticos em sua maioria, que se tornou polarizada nas eleições de 2010 e 2014 e aprofundada com o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016). Argumentamos, todavia, que o vasto campo ideológico do cristianismo conservador-reacionário-institucional, nas vertentes católicas e evangélicas, pode ser interpretado, de 2000 a meados dos anos 2020, a partir de dois segmentos, um mais pragmático, que apoiou, por exemplo, as esquerdas (PT/Lula/Dilma), e outro, mais ideológica, distante dos governos de centro-esquerda. Mas, nas eleições de 2018, os dois segmentos confluíram e formaram uma onda conservadora, que se refletiu de forma significativa nas condições de possibilidade dos discursos de Jair Bolsonaro referentes à moralidade e aos costumes (Almeida, 2019) e pelo evidente encantamento de adesão à *doxa* conservadora e à *illusio* (Bourdieu, 1998), que lhe possibilitou o

¹⁶ De acordo com Py (2020b, p. 25), “o termo ‘cristofascismo brasileiro’ se baseia na reflexão da teóloga alemã Dorothee Sölle (1970), que criou a expressão diante do nazismo alemão. Ao cunhar o termo, Sölle (1970) se preocupou em analisar as relações de integrantes do partido nazi com as igrejas cristãs no desenvolvimento do estado de exceção alemão, “quando o governo nazista se utilizou das relações e das terminologias cristãs para sua composição, assim como se reconhece hoje no bolsonarismo”.

¹⁷ É uma das mais poderosas e ricas expressões do catolicismo carismático. Fundada em 1978 pelo Padre Jonas Abib e alguns jovens, na cidade de Cachoeira Paulista, próximo a Campinas, em São Paulo, se tornou, ao longo do tempo, uma grande organização, com sede na cidade paulista referida, filiais em todo o Brasil, nos EUA e Europa, dona de uma rede de comunicações com TV, rádio, portal eletrônico, uma faculdade e uma grande complexo de construções na sede: templos, locais de culto, grande comércio de marcas próprias, etc (Silveira, 2016; Sofiati, 2012).

direito de entrada no campo religioso conservador, dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais e pela posse de capitais simbólicos (Bourdieu, 1998) específicos.

Desse modo, Bolsonaro, de origem católica, mas com esposa e filhos evangélicos, relacionou-se fortemente com a bancada evangélica, integrou a tropa de choque cristã contra a criminalização da homofobia, a união civil de pessoas de mesmo sexo e em defesa da ‘cura gay’, dos estatutos do nascituro e da família e do programa Escola sem Partido. Em 2016, o capitão reformado – por conta de um episódio de ameaça terrorista nos anos 1980 – martelou o lema ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’ e se fez batizar no Rio Jordão pelo pastor Everaldo, líder do PSC (Mariano; Gerardi, 2019). Mais que depressa, “difundiu o vídeo do batismo nas redes sociais, configurando mais um ato de campanha presidencial, que iniciara em 2015” (Mariano; Gerardi, 2019, p. 73). Depois, de forma ameaçadora, impôs: “Somos um país cristão. Deus acima de tudo. Não tem essa história, essa historinha de Estado laico, não. É Estado cristão. E quem for contra que se mude” (Mariano; Gerardi, 2019, p. 73). Continuou com sua visão democrática: “Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar. As leis devem existir para defender as maiorias. As minorias se adéquam ou simplesmente desaparecem” e, ainda, “O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política” (Mariano; Gerardi, 2019, p. 73). A estratégia da campanha bolsonarista criou pânico moral e alimentou a rejeição à candidatura petista (Mariano; Gerardi, 2019, p. 73).

A partir desses capitais simbólicos, pode-se afirmar que Bolsonaro possui propriedades (simbólicas, conforme Bourdieu (2002)) que o qualificam a entrar no âmbito dos coletivos que aderiam à *doxa* conservadora. Os capitais simbólicos do então presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL-RJ), o legitimaram a ser convidado, no dia 30 de novembro de 2018, à Comunidade Canção Nova, em Cachoeira Paulista, São Paulo. Na ocasião, participou de uma entrevista à TV Canção Nova. Além dos jornalistas católicos, estavam presentes diversos sacerdotes e lideranças leigas católicas, como o padre Eduardo Dougherty (Rede Século 21) e o sacerdote Monsenhor Jonas Abib. Na entrevista concedida às emissoras católicas, comenta seus projetos de governo e reafirma a defesa da família e dos valores cristãos¹⁸.

Não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente e caracterizado pelo lugar que assume e ocupa no espaço por meio de suas propriedades (Bourdieu, 2002). Assim como os evangélicos, os discursos citados nessa entrevista reforçam o papel de Bolsonaro na defesa de uma nação brasileira cristã, cujos valores ético-morais devem orientar toda sociedade e inspirar a formulação de políticas públicas. Tais agentes religiosos reconhecem nele a posse do capital simbólico de “presidente dos cristãos”, consolidando a imagem do Brasil como nação cristã e reforçando o caráter religioso nas determinações do Presidente, elevando-o a “novo messias prestes a salvar o Brasil” (Py, 2020a).

Tensões no catolicismo em tempos de sindemia

No final de 2019, mais especificamente em 31 de dezembro, foi descoberto, na China, um novo vírus da família Corona, que provoca a doença chamada Doença por Coronavírus 2019

¹⁸ Ao final do vídeo, diversas lideranças católicas se pronunciaram. Luzia Santiago, cofundadora da Comunidade Canção Nova, revelou ter intercedido pela recuperação do então candidato diante do atentado sofrido em Juiz de Fora, Minas Gerais. Emocionado, Bolsonaro afirma que sua recuperação foi um “ato divino”. Em seguida, Wellington Jardim, Presidente da Fundação João Paulo II, expressou confiança no novo governo e destacou o nacionalismo de Bolsonaro. Padre Eduardo ressaltou que sua vitória é “uma graça de Deus” e o abençoa para que seja “nosso líder”. Ao final, o Monsenhor Jonas o abençoou, agradecendo a Deus e afirmando: “O Brasil tem o presidente que precisava ter”. Desejou que ele “possa fazer aquilo que Deus quer” (Bolsonaro, 2018, *online*). Em 2010, Dilma Rousseff, então candidata a presidente, visitou a comunidade sob a mediação de Gabriel Chalita e fez uma leitura bíblica na missa campal que reuniu milhares de fiéis.

(COVID-19), causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Na metade do mês de abril, poucos meses depois do início da epidemia na China, no final de 2019, já havia ocorrido mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo e estão previstos ainda muitos casos e óbitos nos próximos meses (Werneck; Carvalho, 2020). Diante do quadro, sobretudo a partir de março de 2020, verifica-se no Brasil a adoção de diversas medidas de isolamento para conter essa sindemia, conforme classificação pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Medidas restritivas foram adotadas pelos gestores públicos, sobretudo governadores e prefeitos, o que implicou na suspensão de grande parte das atividades econômicas, educacionais, religiosas, entre outras, além de proibições e/ou restrições de reunião e circulação em espaços de sociabilidade.

Desde o início da sindemia, o ex-presidente Bolsonaro se posiciona publicamente minimizando, desprezando ou ironizando tanto a sindemia quanto as medidas recomendadas pela OMS e aquelas tomadas por governadores e prefeitos brasileiros¹⁹. A partir desse posicionamento, o então presidente desrespeita grande parte das medidas recomendadas pela OMS, expondo-se em espaços públicos, em especial ao receber seus apoiadores às portas do Palácio do Planalto, muitos deles com faixas religiosas e orações, associados a grupos carismáticos-católicos e evangélicos, entre outras situações que reascenderam as polarizações políticas no Brasil, sobretudo quanto à suspensão das medidas de isolamento e ao uso de medicação não recomendada pela maioria dos pesquisadores e profissionais da área de saúde para tratamento da COVID-19.

No cenário de guerra anticientífica e apelo mágico²⁰ algumas lideranças religiosas se alinharam ao Presidente Jair Bolsonaro, sobretudo quanto à interrupção dos serviços religiosos e ao fechamento dos templos como forma de colaboração com as medidas de isolamento. Em diversas ocasiões, elites pastorais e parlamentares, evangélicas e católicas defenderam publicamente o fim do isolamento social²¹. Em algumas pregações, tais lideranças minimizam a sindemia e criam um cenário de otimismo em relação ao Governo Federal, sobretudo a partir da ideia de que o “Brasil estaria se tornando mais cristão e de que o Presidente Jair Bolsonaro seria um escolhido de Deus para presidir a nação”, similar aos capitais simbólicos contidos nos discursos de lideranças católicas na entrevista concedida à TV Canção Nova em 2018. Além do princípio da liberdade religiosa como fundamento para a manutenção das portas abertas e da realização de cultos, ressalta-se a extensão aos anúncios de curas ou promessas de imunização contra o vírus, o que implica a perspectiva de que as igrejas seriam “serviço essencial” em sua dupla tarefa espiritual e assistencial (Bandeira; Carranza, 2020).

Um episódio de cena pública da religião no Brasil com a participação de lideranças vinculadas à onda conservadora²² que apoiaram o Governo Bolsonaro pode ser ilustrado com o encontro promovido na Internet e retransmitido pela TV Brasil, emissora pública vinculada à Empresa Brasil de Comunicação, no domingo de Páscoa, em 12 de abril de 2020²³. Na ocasião, parte das elites

¹⁹ Passará aos anais da história e da República uma enormidade de frases constrangedoras e intimidatórias. Quando o Brasil tinha ultrapassado as 5 mil mortes, em 28 de abril de 2020 – atualmente, dados do portal *Painel Coronavírus* <<https://covid.saude.gov.br/>> revelam 703.719 mortos (dados de 27 de junho de 2023). O presidente Bolsonaro se referiu aos repórteres na porta do Palácio do Planalto da seguinte forma: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (Veja frases [...], 2020). Para mais frases consulte: Veja frases [...] (2020).

²⁰ Lembremos como o Presidente, ao lado de Mandetta, médico e então ministro da saúde, anunciou a cloroquina como panaceia. Após, as redes sociais dos líderes evangélicos e nas pregações passaram a repetir as falsas informações passadas por Bolsonaro.

²¹ Ver: Meyerfeld (2020).

²² A ideia de onda conservadora vem de Almeida (2019). Mas esse grupo é persistente, renitente, e desde os anos 1980, nos seus finais, era estudado por Pierucci (1987).

²³ Alguns líderes evangélicos participaram do ato, como R.R. Soares (Igreja Internacional da Graça de Deus), Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus/Record TV) e Deputado Federal Marco Feliciano (Assembleia de Deus).

pastorais e parlamentares presentes, sobretudo (neo)pentecostais, que vêm se projetando na mídia e desenvolvendo um ativismo político-religioso na esfera pública, interpretara religiosamente a situação atual, buscando fortalecer a legitimidade da religião na política e a si mesmos como porta-vozes de um campo religioso heterogêneo, consolidando o capital simbólico do “Brasil como nação cristã” e reforçando o caráter religioso nas determinações do Presidente, elevando-o a “novo messias” prestes a “salvar o Brasil”. No fim do vídeo, Bolsonaro fala diretamente sobre a facada que sofreu ao fim de 2018.

Ele comparou o atentado à trajetória da ressurreição de Cristo. Destaca suas relações com Cristo, dizendo que “foi um milagre ter sobrevivido e ressurgido para ganhar as eleições: função de salvar o país do caminho que estava sendo traçado” (Py, 2020a, p. 13) Durante o discurso, reconhece que “não tinha um perfil de chegada à presidência, deixando a entender que foi parte do milagre que Deus operou na sua vida” (Py, 2020a, p. 13). Tais posturas de alinhamento entre lideranças religiosas conservadoras e o Presidente da República refletiram na publicação do Decreto Presidencial nº 10.292 (25/03/2020), que altera o Decreto nº 10.282 (20/03/2020), que, por sua vez, regulamentava a Lei nº 13.979 (06/02/2020), para definir serviços públicos e atividades essenciais, incluindo as atividades religiosas de qualquer natureza, sendo obedecidas as determinações do Ministério da Saúde (Brasil, 2020). Entretanto, a Justiça Federal no Rio de Janeiro suspendeu no dia seguinte os efeitos do decreto que definia como serviço público essencial as atividades religiosas.

O Decreto Presidencial nº 10.292 foi criticado pela CNBB, em comunicado assinado pelo secretário-geral, Dom Joel Portella Amado²⁴, e se solidariza com o atendimento religioso aos enfermos, aos profissionais de saúde e às pessoas em geral, reiterando a necessidade de seguir as normas sanitárias e o distanciamento social, apesar das preocupações especificamente pastorais, questões ligadas ao sustento através de bens temporais e de caridade que necessitam as igrejas. A partir desse exemplo, constata-se que, na perspectiva de religião pública adotada pela CNBB, os direcionamentos são diferentes daqueles adotados pelo Presidente da República e das lideranças cristãs vinculadas aos coletivos conservadores, que aderem a seus posicionamentos relacionados às medidas adotadas em virtude da sindemia de COVID-19. De certo modo, a entidade demonstra interesse (Bourdieu, 1998) em participar das disputas do campo religioso brasileiro, principalmente quanto aos novos tabuleiros e temporalidades da dinâmica política contemporânea, marcada pela desorientação e imprevisibilidade e que ganhou novos capítulos com a polarização ideológica instituída em tempos epidêmicos (Almeida, 2019).

No caso do episódio, revelado pelo Estadão, constatamos que, enquanto religiosos identificados com movimentos de leigos (católicos praticantes não ordenados) conservadores, sobretudo os carismáticos, aproximaram-se do Planalto, principalmente após o apelo de Bolsonaro ao discurso religioso desde a eclosão da sindemia, no campo católico, observamos o agravamento das tensões entre tais coletivos conservadores, os considerados moderados e progressistas, críticos das atitudes do então Presidente da República durante a sindemia. Por exemplo, em outro episódio da cena pública religiosa, o presidente convocou um dia nacional de jejum, rezou ajoelhado na portaria do Palácio da Alvorada, ergueu uma imagem de Jesus Misericordioso na rampa do Planalto e promoveu a citada videoconferência com líderes religiosos na Páscoa, com evangélicos e católicos, à margem da CNBB. Por outro lado, entidades ligadas ao episcopado defendiam o *impeachment* do presidente. O Bispo de Vacaria (RS), Dom Silvio Guterres Dutra, por exemplo, acusou o presidente de disseminar “divisão e confusão” e repreendeu os atos com tom religioso nos arredores do poder. Segundo o bispo “Infelizmente, alguns dos chamados ‘apoiadores’ de Bolsonaro têm protagonizado

²⁴ Ver: Líderes religiosos [...] (2020).

verdadeiras cenas farisaicas de orações públicas, de flagrante falsa veneração às imagens sacras de Nossa Senhora de Fátima e do Jesus da Divina Misericórdia no intento de dar legitimidade aos seus pensamentos” (Frazão, 2020a, *online*).

Por meio do Conselho Episcopal Pastoral, a entidade reafirmou, em nota, seu compromisso com o Pacto pela Vida e pelo Brasil, divulgado no dia 7 de abril de 2020, Dia Mundial da Saúde, assinado inicialmente por seis instituições da sociedade civil²⁵ e, posteriormente, por mais de 150 entidades. Nesse manifesto, reconhece-se a gravidade da crise sanitária, econômica, social e política. Além disso, ressalta-se a necessidade do exercício de uma cidadania guiada pelos princípios da solidariedade e da dignidade humana, principalmente por governantes e representantes do povo e a busca de soluções conjuntas para o bem comum, particularmente dos mais pobres e vulneráveis. O documento clama por união da sociedade, disciplina do isolamento social para desacelerar a transmissão do vírus e seu contágio, preservando a capacidade de ação dos sistemas de saúde e concedendo tempo para a implementação de políticas públicas de proteção social, inclusive com medidas de reposição econômica para os segmentos mais vulneráveis: “é fundamental que o Estado Brasileiro adote políticas claras para garantir a saúde do povo, bem como a saúde de uma economia que se volte para o desenvolvimento integral, preservando emprego, renda e trabalho” (Pacto pela vida [...], 2020, *online*)²⁶.

Em nota da Presidência da CNBB²⁷, publicada em 30 de abril de 2020, intitulada “Em defesa da Democracia, pela Justiça e pela Paz”, são reafirmados os compromissos assinados no manifesto Pacto pela Vida e pelo Brasil, mas publiciza também posicionamentos a partir da Doutrina Social da Igreja da base constitutiva da República, que é a garantia do Estado Democrático de Direito. O documento alerta que a busca das soluções para os enfrentamentos do Brasil “fora da institucionalidade democrática e em confronto com os poderes da República, coloca em risco a democracia e a integridade do povo brasileiro” (Pastoral Carcerária, 2020, *online*). Nele, a CNBB considera “[...] não são toleráveis as manifestações sociais que atentam contra a Constituição, assim como não é tolerável que qualquer autoridade viole os preceitos constitucionais e despreze a vida” (Pastoral Carcerária, 2020, *online*). Por fim, citando novamente a Doutrina Social da Igreja, destaca que “[...] o cuidado da saúde das pessoas e da economia são fundamentais para a garantia da vida em sua plenitude e não se opõem [...] sendo que economia está a serviço da vida” (Pastoral Carcerária, 2020, *online*).

No dia 6 de junho de 2020, dias depois da citada reunião virtual de 21 de maio de 2020, a CNBB emitiu nota de esclarecimento na qual afirmava que “a Igreja Católica não faz barganhas” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2020). A nota cita a reportagem “Por verbas, TVs católicas oferecem a Bolsonaro apoio ao governo”, citando a manchete na primeira página do jornal O Estado De S. Paulo, em 6 de junho de 2020, intitulada “Ala da Igreja Católica oferece a Bolsonaro apoio em troca de verba”. O documento da CNBB repercutiu em vários sites e jornais religiosos e não religiosos, além ser comentado e replicado na página oficial de notícias do Vaticano – *Vatican News*

²⁵ Assinam o documento: Dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da CNBB, Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, José Carlos Dias, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns - Comissão Arns Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, Paulo Jerônimo de Sousa, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

²⁶ A missiva repudia discursos que desacreditem a eficácia dessa estratégia, colocando em risco a saúde e sobrevivência do povo brasileiro. Defende o apoio às orientações dos organismos nacionais de saúde, como o Ministério da Saúde, e dos internacionais, a começar pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como ressalta a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), que se confirma com seus milhares de agentes, arriscando as próprias vidas na linha de frente do combate à zoonose.

²⁷ Assinada por: Dom Walmor Oliveira de Azevedo Arcebispo de Belo Horizonte, MG, Presidente da CNBB, Dom Jaime Spengler, OFM, Arcebispo de Porto Alegre, RS, 1º Vice-Presidente, Dom Mário Antônio da Silva, Bispo de Roraima, RR, 2º Vice-Presidente, Dom Joel Portella Amado, Bispo Auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro, RJ, Secretário-Geral da CNBB.

(Nota de Esclarecimento [...], 2020a). Por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação, juntamente com a SIGNIS Brasil²⁸ e a Rede Católica de Rádio, associações que reúnem as TVs de inspiração católica e as rádios católicas no Brasil, esclarecem que não organizaram e não tiveram qualquer envolvimento com a reunião entre o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, representantes de algumas emissoras de TV de inspiração católica e alguns parlamentares, e nem ao menos foram informadas sobre tal encontro.

A nota destaca que as emissoras intituladas “de inspiração católica” possuem naturezas diferentes e são geridas por associações e organizações religiosas e, em um caso específico, por um grupo empresarial particular, enquanto outras estão juridicamente vinculadas a dioceses no Brasil. Essas instituições seguem seus próprios estatutos e princípios editoriais, contudo nenhuma delas e nenhum de seus membros representam a Igreja Católica, nem fala em seu nome e tampouco em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que tem feito todo o esforço para que todas as emissoras assumam claramente as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Além da CNBB, outras entidades católicas também se manifestaram citando a reportagem do jornal O Estado De S. Paulo. Ainda no dia 6 de junho, a União dos Redentoristas do Brasil, que mantém as TVs Pai Eterno e Aparecida, por meio da sua Comissão de Mídia, pronunciou-se em nota. Obviamente, a reação está associada diretamente aos posicionamentos do missionário redentorista Welinton Silva, que apelou ao ex-presidente citando que a TV Pai Eterno passa por “dificuldades” de arrecadação e que o segmento católico de comunicação como um todo tem ficado “esquecido”, além de convidá-lo a visitar a citada emissora²⁹.

Em nota, os Redentoristas reiteram o teor da missiva da CNBB, destacando que a reunião foi realizada com parlamentares e representantes de algumas bases geradoras de emissoras de inspiração católica, “sem a representação da Signis/Brasil, organismo que congrega todos os organismos de comunicação da Igreja”. A congregação considera as atitudes da Igreja Católica, sobretudo porque compromete imagem evangelizadora e não partidária da instituição. Além disso, classifica o episódio como “falta de compromisso com o Evangelho”, “atentado ao profetismo e unidade da Igreja compromissada com a defesa da vida e com o bem-estar integral de pessoas nessa hora tão difícil vivida no Brasil” (União Nacional dos Ex-Seminaristas Redentoristas, 2020, *online*).

A própria TV Pai Eterno desautorizou os posicionamentos do missionário na reunião virtual com Bolsonaro. Em nota oficial publicada no seu site e em entrevista para a reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, um representante da emissora informou que o encontro era “informal” entre o presidente, a Frente Parlamentar Católica e convidados da Igreja.

Na mesma linha dos redentoristas, a Província dos Jesuítas do Brasil se manifestou em 07 de junho de 2020. Em nota, os Jesuítas “lamentam profundamente” os posicionamentos dos religiosos naquela reunião virtual, destacando que “não estavam representados institucionalmente” e esclarecendo que a Rede Século 21 não pertence à Companhia de Jesus e reitera o teor do documento da CNBB quanto à natureza, aos estatutos e princípios editoriais dessas emissoras. O documento reforça a disposição da entidade em “estabelecer relações institucionais com agentes públicos e poderes constituídos tendo como base valores do Evangelho, assim como os valores democráticos, republicanos, éticos e morais”. Ao final, os Jesuítas ressaltam suas Preferências Apostólicas Universais, pautadas na opção preferencial pelos pobres, o que implica no apoio das “vítimas das injustiças e desigualdades atuais, especialmente jovens e pessoas vulneráveis”. A

²⁸ SIGNIS Brasil é uma associação católica de comunicação, fundada no dia 2 de dezembro de 2010, com estatutos aprovados pela Assembleia da UNDA/BR, em Curitiba, PR. É reconhecida pela CNBB; filiada à Signis Mundial e Signis América Latina e Caribe.

²⁹ Ver: Frazão (2020b).

entidade reafirma seu compromisso com o “serviço da fé e da promoção da justiça”, em comunhão com o Papa Francisco e a Igreja Católica, representados, no Brasil, pela CNBB³⁰.

A RCC se pronunciou por meio do Movimento Eclesial em 6 de junho de 2020, afirmando, sobretudo, sua obediência e disciplina à hierarquia católica³¹. Nesse pronunciamento, destaca que não possui quaisquer tendências político-partidárias e segue a sua caminhada reafirmando o seu compromisso em zelar pela liberdade de consciência das pessoas, não conformando os membros do Movimento a qualquer posição política ou ideológica e tampouco lhes autoriza a manifestarem posicionamentos dessa natureza em seu nome ou utilizando sua logomarca registrada. Ao contrário, orienta-lhes a participarem da sociedade civil, a partir das orientações da Doutrina Social da Igreja, e não gerencia mandatos políticos dos parlamentares participantes do Movimento, os quais se pronunciam e agem em nome próprio, não da Renovação Carismática Católica, enquanto associação de fiéis. Os carismáticos ressaltam que não possuem emissora de TV e, portanto, não tiveram quaisquer interesses abordados na reunião em comento.

Diante dessas tensões, como se pronunciaram aos agentes religiosos que participaram da reunião virtual em 21 de maio? Constatamos pronunciamentos e silêncios diante dessas tensões envolvendo o catolicismo público no Brasil. Vejamos algumas respostas. Segundo assessoria de imprensa da Rede Século 21, a narrativa de que houve proposta de troca de favores por verba “é uma inverdade”. Segundo o comunicado, o fundador da TV católica, padre Eduardo Dougherty, SJ, “em nenhum momento propõe-se troca de favores ao Governo ou pede-se apoio em troca de verbas” (Emissora católica [...], 2020, *online*).

O padre Reginaldo Manzotti foi defendido pelo Arcebispo de Curitiba, Dom José Antônio Peruzzo, principalmente depois da pressão de fiéis e associados que ameaçavam abandonar e cortar contribuições à obra da Evangelizar. No dia 10 de junho de 2020, no programa Experiência de Deus, apresentado por Manzotti e veiculado na TV e nas rádios ligadas à Evangelizar, o Arcebispo afirmou que sua intenção não era oferecer apoio em troca de verba, mas apenas apresentar um pleito legítimo. Ambos apelaram para que continuem “acompanhando” a TV e as rádios da associação, uma forma de evitar a fuga de doações financeiras. Dom José Antônio Peruzzo endossou pedido ao então presidente, Jair Bolsonaro, para que o governo amplie o alcance de rádios e TVs de inspiração católica, com a liberação ágil de outorgas de radiodifusão³².

Em uma carta obtida pelo jornal O Estado de S. Paulo, datada de 8 de junho e enviada por *WhatsApp* a integrantes do clero, ambos argumentaram ser “necessário” manter diálogo com o governo e afirmaram que partiu do Palácio do Planalto um convite imediato para que apresentassem “demandas” das rádios e TVs católicas. Conforme reportagem do Estadão, após enaltecer a “lealdade” do bispo, que rebateu seus pares, Manzotti também reagiu à CNBB, aventou “notícias equivocadas” e insinuou ser vítima de notícias falsas. Novamente o foco recaiu sobre a matéria publicada em 6 de junho pelo citado jornal, conforme afirmou Dom Peruzzo: “A reportagem do Estadão foi inteligentemente malévola: divulgou o acontecimento com grande tardança e os apresentou em distorções grosseiras. Pareceu maldade encomendada” (Frasão, 2020c, *online*).

O prelado explicou que permitiu a participação do padre porque entende que é preciso manter canais de diálogo, uma vez que “no segmento das comunicações, quase tudo depende de autorização governamental. Qualquer meio de comunicação de rádio ou TV é concessão do Estado”

³⁰ Ver: Nota de Esclarecimento [...] (2020b).

³¹ Ver: Renovação Carismática Católica do Brasil [2020].

³² Ver: Frasão (2020c).

(Dantas, 2020, p. 1). O Arcebispo disse que deu aval ao encontro e orientou o padre Manzotti sobre como se portar com Bolsonaro e revelou ter ressalvas ao presidente e temer “retaliações”.

A CNBB realizou uma reunião emergencial para contornar o acirramento de divergências políticas e evitar uma ruptura no clero. A reunião virtual foi convocada pelo Presidente da CNBB e contou com a participação de Dom Joaquim Mol (referencial da Pastoral da Comunicação) e os bispos das dioceses, cujos sacerdotes haviam participado da audiência com Bolsonaro: Campinas, Curitiba, Goiânia e São Paulo. O descontentamento no clero se agravou com os citados posicionamentos de Dom José Antônio Peruzzo.

A tensão aumentou depois das manifestações de repúdio emanadas por diversos segmentos do clero, entre eles a própria conferência. O bispo de Itacoatiara (AM), Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, foi um dos que cobrou publicamente punição aos envolvidos, que considerou como “vendidos” ao governo, tendo feito da fé católica um “mercado” ao pedir “dinheiro e prometer apoio ao governo”³³. Os bispos cogitaram passar a submeter ao crivo da CNBB os convites para audiências no governo, mas desistiram de impor um aval porque a conferência não possui autoridade eclesial para enquadrar os controladores das rádios e TVs de inspiração católica, nem sequer as dioceses, hierarquicamente subordinadas ao Vaticano³⁴.

Ainda nesse dia, setores da Igreja Católica se manifestaram de forma antagônica entre si. A nota “Comunicação a Serviço da Verdade, Justiça, Igualdade e Paz (Nota de apoio à CNBB)” foi publicada com a assinatura de quatro entidades³⁵. No documento, as entidades explicitam “total e irrestrita concordância com os termos divulgados na nota lançada pela CNBB”; repudiam “qualquer atividade religiosa que ousa comercializar a fé, principalmente quando eventuais negócios se realizam com promotores de políticas que produzem a morte (necropolítica)”; avaliam que alguns políticos e ideológicos “utilizam de meios de comunicação de forma a não preservar uma postura ética, justa, igualitária e na busca da paz”; e, por fim, criticam os veículos de comunicação autodenominados religiosos que “para a manutenção de audiência cativa apresentam práticas que ferem nosso compromisso com o evangelho e maculam a mensagem de Jesus” (Comunicação a Serviço [...], 2020, *online*). As assinantes também não reconhecem a autodenominada Frente Parlamentar Católica no Congresso Nacional, presente na mesma reunião, por entenderem que o grupo não representa o amplo universo do catolicismo no Brasil. Anunciam que será realizada “ampla campanha de esclarecimento sobre princípios norteadores de uma comunicação cristã, denunciando quaisquer práticas atentatórias aos valores éticos que, como seguidores de Jesus Cristo, assumimos como parte de nossa missão de cristãos leigos e leigas” (Comunicação a Serviço [...], 2020, *online*).

Em comunicação oficial publicado na página da CNBB em 12 de junho de 2020, com repercussão em outros veículos de comunicação como Estadão e Correio Braziliense³⁶, em 14 de junho, Dom Valmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB, novamente se manifestou em relação aos direcionamentos adotados por segmentos católicos na esfera midiática. Em primeiro lugar, destacou a missão evangelizadora da Igreja Católica, o que implica não investir em empreendimentos privados e com caráter de negócios rentáveis, o que inclui balizar conteúdos e práticas comunicacionais a partir de princípios inegociáveis.

O presbítero reconhece os desafios da comunicação católica quanto às dificuldades financeiras, à necessidade em investimentos permanentes em profissionais e ao contínuo avanço

³³ Ver: Ionilton (2020).

³⁴ Ver: CNBB age para evitar [...] (2020).

³⁵ Assinam a nota: Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB); Conferência Nacional dos Institutos Seculares (CNIS); Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara” (CEFEP).

³⁶ Ver: TVs e rádios devem se alinhar à Igreja, sob pena de fazer escolhas equivocadas, diz CNBB. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/06/agencias/951267-tvs-e-radios-catolicas-devem-se-alinhar-a-igreja-diz-presidente-da-cnbb.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

tecnológico e que não são permitidas “superficialidades ou invencionices que possam descurar a beleza e a inteireza da fé cristã católica”. Essa comunicação deve oferecer significativa e qualificada prestação de serviços que gravitam ao redor dos pilares da evangelização, da cultura e da educação. A comunicação adota tom severo ao afirmar que “arriscados personalismos, alimentados por desvios religiosos nefastos, merecem adequado tratamento” (Azevedo, 2020, *online*).

Em entrevista concedida à Folha de S. Paulo, Dom Walmor Oliveira de Azevedo foi indagado se “busca diálogo com essa ala considerada mais conservadora que quis se aproximar com o governo ou prefere marcar uma diferenciação clara?” (Tavares, 2020, p.1). O Presidente da CNBB reconheceu as diferenças no âmbito da Igreja católica que, “pela força da comunhão e da fé”, são compreendidas como “riquezas e forças”. Discorda da classificação entre alas “progressistas” e “conservadores”, pois desconsidera as diferentes formas de “pensar e agir”. Reitera o Magistério da Igreja Católica, afirmando que é “maior” e não deve enveredar pelas disputas e polarizações. Na entrevista, o Arcebispo descartou a interferência nas emissoras católicas, pois essas são ligadas a fiéis leigos e congregações religiosas, nem sempre vinculadas diretamente à hierarquia católica – embora o Vaticano esteja “atento” ao que acontece no Brasil. Indagado sobre o posicionamento da entidade em relação ao *impeachment* de Bolsonaro, Dom Walmor destacou que a CNBB “não faz pressão para a queda de governos, defende tradicionalmente democracia e suas instituições”, mas reconhece que a Conferência tem se posicionado contra o governo Bolsonaro, principalmente quando se “desconsidera o primado e sacralidade da vida” (Tavares, 2020, p. 1).

Os conflitos internos e a movimentação do catolicismo público nos lembram uma boa lição gramsciana – ainda que seja necessário reinterpretá-la –, para entender as tensões internas de instituições religiosas que, no mundo moderno pandêmico, são válidas: “[...] toda religião, inclusive a católica [...] pelos seus esforços de permanecer ‘superficialmente’ unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é [...] uma multiplicidade de religiões distintas, freqüentemente (*sic*) contraditórias” (Gramsci, 1966, p. 144).

Por outro lado, a controvérsia parece apontar um problema:

[...] no Brasil atual a relação entre religião e política/gestão do Estado, obedece a duas dinâmicas antagônicas e complementares: quando a religião contamina diretamente às regras do funcionamento da esfera pública e política com sua cosmologia, moral e valores, mas também quando critérios laicos e humanistas influenciam religiões na suas concepções da realidade (Camurça, 2019, p. 139).

A porosidade cultural brasileira, que em termos religiosos produziu o sincretismo, tem sua contraface na porosidade entre a cosmologia cristã conservadora e a gestão política do Estado no governo bolsonarista. O embate entre setores midiáticos católicos, a CNBB e o governo Bolsonaro durante o período mais agudo da COVID-19 mostra, quiçá, o problema da invasão, ou tentativa de colonização da esfera estatal a partir de uma moral religiosa específica e ultraconservadora que vê a si mesma como universal.

Considerações Finais

Quais coletivos católicos teriam legitimidade para se posicionar na esfera pública brasileira, especificamente na sua dimensão midiática? Quais são os agentes e porta-vozes especializados, investidos de poder (institucional ou não), capazes de responder, por meio de práticas e discursos, necessidades próprias a grupos sociais determinados no catolicismo público no Brasil? Seriam os

coletivos conservadores representados na reunião virtual do dia 21 de maio? Seria a CNBB? Seriam as dioceses? Seriam as congregações católicas? Como os religiosos católicos se diferenciam pela posse ou não de certos capitais, produto do trabalho religioso acumulado e do trabalho religioso necessário? A partir dos posicionamentos e adesões diversificados em relação ao Governo Bolsonaro e suas medidas em relação à sindemia de COVID-19, evidenciamos os diferentes catolicismos que convivem no interior da instituição. Na esfera pública, apresentam posições que ora se aproximam, ora se distanciam da modernidade.

A literatura no campo das ciências sociais da religião tem tratado de diversas maneiras esse pluralismo na Igreja Católica. Identificamos a existência de quatro tendências católicas presentes no país: os tradicionalistas, composta por uma ala ultramontana e nostálgica do tempo pré-moderno, como os Atravessadores do Evangelho; os modernizadores-conservadores, que dialogam com alguns aspectos da modernidade, principalmente no meio midiático, apresentando-se com uma roupagem renovada os mesmos conteúdos conservadores dos tradicionalistas, como os grupos carismáticos das novas comunidades; os reformistas, articulados em torno de congregações preocupadas com o tema da educação e defensoras dos direitos humanos, como os maristas; e os radicais, compostos pelas pastorais sociais (Comissão Pastoral da Terra, por exemplo) e das juventudes identificadas com a Teologia da Libertação. Todavia, a fronteira entre essas tendências tem se tornado cada vez mais fluídas, havendo hibridações desses diferentes catolicismos dentro de um mesmo coletivo. Esses catolicismos convivem de forma conflituosa dentro de uma mesma diocese e até mesmo em uma única paróquia.

Diante do exposto, o que observamos em tempos de sindemia é uma disputa pública de posições entre a ala carismática e a ala das pastorais sociais. Essas divergências são explicitadas na postura pública da CNBB que, apesar de dividida entre os diferentes catolicismos, assume ainda publicamente posições mais próximas das tendências radical e reformista em detrimento da tradicionalista e modernizadora-conservadora, e alguns setores que controlam parte da mídia católica no Brasil, predominantemente composta por grupos ligados à tendência modernizadora-conservadora.

Com esses marcos teóricos e a exposição compreensiva das controvérsias do catolicismo midiático-institucional, em especial a da webconferência de maio, indicamos que a disputa sobre quais coletivos católicos teriam legitimidade para se posicionar na esfera pública brasileira, especificamente na sua dimensão midiática, reposiciona os atores em campos opostos. Os agentes e porta-vozes especializados, como a CNBB, as dioceses, as congregações católicas, de posse ou não do trabalho religioso acumulado e do trabalho religioso necessário, investidos de poder (institucional ou não), mostram-se capazes de responder, por meio de práticas e discursos, mais ou menos, as necessidades próprias e as de grupos sociais determinados, dentro e fora da instituição. No complexo campo católico, o que ainda parece indeterminado são as maneiras de adaptação, acomodação e relação entre os distintos agentes e porta-vozes dos principais segmentos institucionais e os rumos das relações de poder no campo político brasileiro. Todavia, a radicalização do discurso de apoio ao governo parece encontrar limites dentro da instituição, tanto em termos de contraponto teológico quanto em termos políticos, emitido por congregações religiosas e pela CNBB.

Referências

Aborto. *Acidigital*, [s. l.], c2024.

Almeida, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

- Azevedo, Dom Walmor Oliveira. Comunicação na Igreja. *CNBB*, Rio de Janeiro, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/dom-walmor-comunicacao-na-igreja/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- Bandeira, O.; Carranza, B. Só o Brasil cristão salva da Covid-19. *Boletim*, n. 33, 2020.
- Blancarte, R. *América Latina: entre pluri-confesionalidad y laicidad*. *Civitas*, v. 11, n. 2, p. 182-206, 2011.
- Blancarte, R. J. *Libertad religiosa, Estado laico y no discriminación*. México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación, 2008. (Cuadernos de la Igualdad, n. 9).
- Bolsonaro, J. Em visita à Canção Nova, Jair Bolsonaro atende a jornalistas católicos. *TV Canção Nova*, Cachoeira Paulista, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2Bv-3to6io>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- Bourdieu, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.
- Brasil. Presidência da República. Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020. *Diário Oficial Da União*. Edição: 59, Seção: 1, Página: 1. Órgão: Atos do Poder Executivo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10292-25-marco-2020-789872-publicacaooriginal-160178-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- Burity, J. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 102, p. 89-105, 2015.
- Burity, J. *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 2006.
- Camurça, M. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizontes*, v. 15, n. 47, p. 855-886, 2017.
- Camurça, M. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 2, p. 125-159, 2019.
- Camurça, M. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no Governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.
- Carranza, B. *Catolicismo Midiático*. Aparecia: Editora Santuário, 2011.
- Casanova, J. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CNBB age para evitar [...]. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 jun. 2020. Política. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/13/interna_politica.863482/cnbb-evita-ruptura-apos-ala-catolica-oferecer-apoio-a-bolsonaro.shtml. Acesso em: 15 jun. 2020.
- Comunicação a Serviço [...]. *CNLB*, Brasília, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnlb.org.br/?p=4802>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Nota de Esclarecimento*. Brasília: CNBB, 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Nota-de-Esclarecimento-CNBB-Comunicação-Signis-e-RCR.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- Dantas, D. Carta de bispos amplia racha na CNBB sobre relação com governo Bolsonaro. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/carta-de-bispos-amplia-racha-na-cnbb-sobre-relacao-com-governo-bolsonaro-1-24553523>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- Emissora católica e arcebispo de Curitiba: não houve “barganhas” com o governo em reunião com Bolsonaro. *Acidigital*, [s. l.], 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/emissora-catolica-e-arcebispo-de-curitiba-nao-houve-barganhas-com-o-governo-em-reuniao-com-bolsonaro-12901>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- Frasão, F. Arcebispo de Curitiba contraria CNBB e defende padre que ofereceu mídia ‘positiva’ a Bolsonaro. *Estadão*, São Paulo, 12 jun. 2020c. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,arcebispo-de-curitiba-contraria-cnbb-e-defende-padre-que-ofereceu-midia-positiva-a-bolsonaro,70003332069>. Acesso em: 13 jun. 2020.

Frazão, F. Divisão na Igreja abre caminho para Bolsonaro negociar com veículos católicos simpáticos ao governo. *Estadão*, São Paulo, 6 jun. 2020a. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/divisao-na-igreja-abre-caminho-para-bolsonaro-negociar-com-veiculos-catolicos-simpaticos-ao-governo,70003326557>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Frazão, F. TV católica desautoriza padre que tratou de verba com Bolsonaro. *Estadão*, São Paulo, 9 jun. 2020b. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/tv-catolica-desautoriza-padre-que-tratou-de-verba-com-bolsonaro,70003329198>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Frentes Parlamentares. *Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53496>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Giumbelli, E. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, 2004.

Gramsci, Antônio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Ionilton, Dom José. “É preciso indignar-se” com alguma redes de televisão de inspiração católica!. *Inisinos*, São Leopoldo, 9 jun. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599813-e-preciso-indignar-se-1-com-algumas-redes-de-televisao-de-inspiracao-catolica>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Líderes religiosos criticam decreto de Bolsonaro que torna atividades religiosas essenciais em meio ao coronavírus. Texto estabelece que permanência [...]. *G1*, São Paulo, 26 mar. 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/lideres-religiosos-comentam-decreto-de-bolsonaro-que-torna-atividades-religiosas-essenciais-em-meio-ao-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Lott, D. Aceitação da homossexualidade no Brasil cresceu de 61% em 2013 para 67% em 2019. País é 16º entre 34 Estados analisados em pesquisa feita pelo instituto Pew. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 2020.

Löwy, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Machado, M. D. C. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

Mariano, R. Laicidade à brasileira Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

Mariano, R.; Gerardi, D. A. América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120, p. 61-76, 2019.

Mendonça, R. Aumenta a rejeição a ideais golpistas, mostra pesquisa. Estudo do Instituto da Democracia identifica tendência de desgaste na imagem das Forças Armadas. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 jun. 2020.

Meyerfeld, B. Au Brésil, des évangéliques nient la dangerosité du coronavirus. *Le Monde*, Rio de Janeiro, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2020/04/02/au-bresil-des-evangeliques-nient-la-dangerosite-du-coronavirus_6035275_3210.html. Acesso em: 21 jun. 2020.

Miranda, J. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.

Montero, P. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, v. 19, n. 33, p. 15-39, 2018. Doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.88037>

Montero, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil, *Etnográfica*, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009. Doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.1195>

Nota de Esclarecimento: “A Igreja Católica não faz barganhas”. *Vatican News*, Brasília, 7 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-06/nota-de-esclarecimento-a-igreja-catolica-nao-faz-barganhas.html>. Acesso em: 6 jun. 2020.

Nota de Esclarecimento da Província dos Jesuítas do Brasil. *Jesuitasbrasil.org.br*, [s. l.], 7 jun. 2020b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200814050325/https://www.jesuitasbrasil.org.br/2020/06/07/nota-de-esclarecimento-da-provincia-dos-jesuitas-do-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Oro, A. P. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. *Civitas*, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.

Pacto pela vida e pelo Brasil. *CNBB*, [s. l.], 7 abr. 2020. Social. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pacto-pela-vida-e-pelo-brasil-01/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Pastoral Carcerária. Posicionamento da CNBB – e defesa da Democracia, pela Justiça e pela Paz! *Pastoral Carcerária Nacional*, Brasília, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://carceraria.org.br/igreja-em-saida/posicionamento-da-cnbb-em-defesa-da-democracia-pela-justica-e-pela-paz>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Pierucci, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, p. 26-45, 1987.

Por verbas, TVs católicas oferecem a Bolsonaro apoio ao governo. *Jornal Estado de Minas*, Minas Gerais, 6 jun. 2020. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/06/interna_politica,1154396/por-verbas-tvs-catolicas-oferecem-a-bolsonaro-apoio-ao-governo.shtml#:~:text=Os%20ve%C3%ADculos%20cat%C3%B3licos%20ficaram%20com,acordo%20com%20planilhas%20da%20Secom. Acesso em: 10 jun. 2020.

Py, F. Cristologia pascoal bolsonarista. *Portal do CEBI*, Rio de Janeiro, 19 abr. 2020a. Disponível em: <https://cebi.org.br/noticias/cristologia-pascoal-bolsonarista>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Py, F. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020b.

Renovação Carismática Católica do Brasil. RCCBrasil emite nota de esclarecimento em resposta à publicação de jornal. *RCCBrasil*, [s. l.], [2020]. Disponível em: <https://www.rccbrasil.org.br/institucional/index.php/artigos/1418-rccbrasil-emite-nota-de-esclarecimento-em-resposta-a-publicacao-de-jornal>. Acesso em: 15 jun. 2020

Romano, R. *Brasil: Igreja Contra Estado: crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kayrós, 1979.

Silveira, E. S. O evangelho dos produtos Canção Nova: salvação, consumo e mídia eletrônica. *Estudos Teológicos*, v. 56, p. 420-434, 2016.

Silveira, E. S. Padres conservadores em armas: o discurso público da guerra cultural entre católicos. *Reflexão*, v. 43, n. 2, p. 289-309, 2019b

Silveira, E. S.; Reis, M. V. F.; Manduca, V. Carismáticos, política e conservadorismo social. *Religare*, v. 16, p. 170-206, 2019b.

Sofiati, F. M. O novo significado da ‘opção pelos pobres’ na Teologia da Libertação. *Tempo Social*, v. 25, p. 215-234, 2013.

Sofiati, F. M. *Religião e juventude: os novos carismáticos*. São Paulo: Ideias & Letras/ FAPESP, 2012.

Sousa, A. H. F.; Vettorassi, A.; Andrade, P. A doxa conservadora no Brasil: mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018. *Ponta de Lança*, v. 15, p. 115-139, 2021.

Souza, J. J. V. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

Tavares, J. Líderes católicos não podem escolher caminhos fáceis e sedutores, diz presidente da CNBB. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/lideres-catolicos-nao-podem-escolher-caminhos-faceis-e-sedutores-diz-presidente-da-cnbb.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TVs católicas pedem ajuda de Bolsonaro e prometem “mídia positiva”. [s. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (5 min 10 seg). Publicado pelo canal Poder 360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rwop06l7kpY>. Acesso em: 9 ago. 2024

União Nacional dos Ex-Seminaristas Redentoristas. *Carta Explicativa*. São Paulo: Comissão de Mídias Redentoristas, 2020. Disponível em: <http://www.cssr.news/wp-content/uploads/2020/06/CartaExplicativaMIDIAS06062020.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Veja frases de Bolsonaro durante a pandemia do novo coronavírus. Perguntado nesta terça-feira (28) sobre o fato de o nº de mortes no Brasil ter superado o da China [...]. *G1*, São Paulo, 30 abr. 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/30/veja-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2024.

Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

Werneck, G. L.; Carvalho, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Caderno de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00068820>

Colaboradores

Conceituação: E. SENA. Metodologia: F. SOFIATI; P. ANDRADE. Escrita – rascunho original: E.SENA. Escrita – revisão e edição: P. ANDRADE.